

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

O LABIRINTO DO PLANO S

Em vigor a partir de 1º de janeiro, iniciativa de acesso aberto reduz ambições e enfrenta incertezas sobre seu alcance

Fabício Marques

O Plano S, iniciativa para expandir o acesso aberto na comunicação científica criada por instituições de fomento à pesquisa de 17 países, na maioria europeus, entrou em vigor em 1º de janeiro com ambições mais comedidas do que as programadas em seu lançamento, em setembro de 2018. O conceito central manteve-se intacto: se uma pesquisa é financiada com dinheiro público – no caso, com recursos de uma das agências signatárias –, os seus resultados deverão ser divulgados em revistas científicas ou em plataformas na internet às quais qualquer pessoa tenha acesso sem precisar pagar por isso. Já os caminhos para alcançar essa meta se tornaram mais flexíveis, a fim de conciliar interesses de pesquisadores, editoras e organizações de financiamento.

Responsável pelo plano, o consórcio cOAlition S desistiu de banir modelos de negócio tradicionais de periódicos, como a venda de assinaturas ou a cobrança de taxas extras para divulgação de artigos na internet. No escopo original do plano, apenas revistas integralmente de acesso aberto, aquelas que disponibilizam todo o seu conteúdo livremente, poderiam ser adotadas por autores financiados pelas agências signatárias – e se cogitou até mesmo patrocinar a criação de novos periódicos com esse modelo (*ver Pesquisa FAPESP n° 276*).

Pesquisadores se queixaram de que o plano limitaria sua liberdade de escolher onde publicar. Também houve uma intensa resistência de editoras e sociedades científicas, receosas de perder receitas. Sob pressão, os organizadores

do plano transferiram a sua implementação de 2020 para 2021 e suspenderam temporariamente uma série de restrições. O cOAlition S anunciou que seguiria permitida a publicação em qualquer modelo de periódico, até mesmo os de acesso restrito para assinantes, desde que a revista garanta a divulgação de uma cópia revisada do trabalho em algum repositório de acesso aberto logo após a publicação, onde possa ser consultada sem restrições. Mas a flexibilização só vai beneficiar periódicos que celebrem os chamados “acordos de transformação”, por meio dos quais se comprometem a ampliar progressivamente suas atividades em acesso aberto até alcançar 100% dos artigos em 2024. Em troca, ficam autorizados a manter o modelo antigo nos próximos quatro anos, podendo assim receber dinheiro das agências públicas para custear a publicação de artigos em acesso aberto.

Embora o Plano S esteja saindo do papel, ainda não está claro o tamanho da mudança que será capaz de produzir. Em seu lançamento, houve um grande esforço para obter a adesão de agências de outros países e, assim, aumentar o poder de negociação do cOAlition S, mas o plano continua sendo uma estratégia europeia, sem envolver outros continentes. No labirinto de opções para publicar em acesso aberto, não se sabe qual será consagrada. De acordo com Abel Packer, coordenador da coleção de revistas de acesso aberto SciELO Brasil, o futuro do Plano S vai depender muito da ambição e da extensão dos acordos de transformação que vierem a ser celebrados. Por ora, vem avançando outros tipos de acordos, assinados entre editoras e países ou

universidades, que são incentivados pelo Plano S, mas não vinculados à iniciativa.

Tais acordos não determinam mudanças no modelo de periódicos que trabalham com assinaturas. Um deles, negociado entre a editora Wiley e a plataforma Jisc Collections, permitirá que os cerca de 9 mil artigos com autores do Reino Unido publicados anualmente em revistas da Wiley estejam com acesso aberto em 2022. Na Suécia, o acordo do Consórcio Bibsam com a Elsevier, válido desde 1º de janeiro, dá a pesquisadores e alunos acesso a mais de 2 mil periódicos da editora e permite que todos os artigos de autoria sueca sejam publicados em acesso aberto. Em casos excepcionais, houve avanços mais abrangentes.

A editora Springer Nature anunciou que ampliará sua produção em acesso aberto. “Somos a maior editora mundial de artigos de acesso aberto. É para onde o empreendimento científico irá naturalmente”, disse à revista *Science* James Butcher, vice-presidente de periódicos. A empresa publica, hoje, 600 periódicos de acesso aberto e outros 2.200 híbridos, que cobram assinaturas e oferecem publicação de acesso aberto aos autores se pagarem uma taxa. Para o grupo, ficar fora do plano seria mau negócio. Em 2017, 35% dos artigos publicados em seu carro-chefe, a revista *Nature*, tinham apoio de alguma agência de fomento ligada ao Plano S.

Mas a transição de um modelo para outro também revela um dos principais pontos vulneráveis da iniciativa: o impacto que a mudança poderá acarretar nos custos de publicação. Em novembro, um grupo de 32 revistas da coleção *Nature* apresentou uma estratégia para publicar artigos em acesso aberto baseada em uma cobrança de € 9.500 por artigo – o equivalente a US\$ 11,5 mil ou a R\$ 58 mil. Trata-se da quantia mais alta cobrada no mercado de periódicos científicos.

Será oferecida em caráter experimental uma opção mais barata de acesso aberto. Autores que submetam artigos às revistas *Nature Genetics*, *Nature Methods* e *Nature Physics* pagarão € 4.790 por artigo, se concordarem em participar da chamada “revisão guiada”. Nesse processo, se os editores das três revistas julgarem que o manuscrito é robusto o suficiente para ser enviado para revisão por pares, os autores deverão pagar liminarmente uma “taxa de avaliação editorial” de € 2.190 para cobrir os custos iniciais, sem garantia de publicação. Se o artigo for aceito, paga-se uma taxa adicional de € 2.600. Se não for, o autor de todo modo poderá incorporar as recomendações dos revisores ao seu manuscrito.

O primeiro esboço do Plano S previa uma padronização e um teto às taxas de processamento de artigos (APCs) cobradas dos autores. Os APCs remuneram as editoras, cobrindo os custos de editoração e publicação de artigos, e oscilam hoje entre US\$ 1,5 mil e US\$ 5 mil por *paper*. Os artifícios do Plano S chegaram a aventar uma faixa de valores entre US\$ 1,5 mil e US\$ 3 mil por APC. Na versão atual do plano, propôs-se apenas que as editoras sejam transparentes em relação aos critérios de definição das taxas.

De acordo com Abel Packer, há revistas de acesso restrito que permitirão a divulgação imediata de artigos em repositórios públicos – mas apenas se o conteúdo for patrocinado por uma agência signatária do Plano S. Os demais artigos seguirão inacessíveis ao menos por algum período de carência, de no mínimo seis meses. Ele espera que a concorrência entre as revistas obrigue as editoras a praticar taxas competitivas. “Talvez algumas reduzam o valor dos APCs e busquem um equilíbrio financeiro ampliando o número de artigos aceitos para publicação”, sugere. “Mas a tendência será aprofundar o fosso entre pesquisadores de países ricos, que terão acesso a periódicos de alto impacto, e os de países pobres ou em início de carreira, que terão de procurar outras opções”, explica.

O aumento dos custos foi o mote para uma defecção na lista de apoiadores do Plano S. O Conselho Europeu de Pesquisa (ERC), programa da União Europeia que apoia grupos de excelência, anunciou em julho que deixaria de apoiar o plano, incomodado com a perspectiva de que pesquisadores em início de carreira e de países fora da Europa perdessem opções para publicar seus trabalhos.

Os percalços do Plano S são atribuídos, em grande medida, ao temor que agências de fomento de vários países têm de desorganizar o processo de comunicação científica ao adotar mudanças radicais, quebrando abruptamente práticas arraigadas. “Há ampla concordância de que os custos do financiamento das publicações científicas não devem mais recair sobre quem lê, mas a forma adequada de fazer isso ainda está em discussão”, explica José Roberto de França Arruda, professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (FEM-Unicamp) e membro da coordenação adjunta de Ciências Exatas e Engenharias da FAPESP. Um dos principais pontos de dissenso, segundo Arruda, envolve a definição de quanto é razoável pagar para publicar um *paper* em um ambiente em que os custos recairão integralmente sobre autores e agências financiadoras. “Imagine um auxílio à pesquisa no valor de R\$ 200 mil, que tem como resultado cinco artigos científicos por ano. Se cada *paper* custar US\$ 1,5 mil, isso já

Para publicar em acesso aberto, revistas do grupo Nature propõem cobrar dos autores uma taxa de € 9.500 por artigo

consumiria boa parte do valor do projeto”, afirma. “Recomendamos hoje aos pesquisadores que prevejam quanto vão precisar para publicar os resultados na hora de apresentar o projeto.”

Um problema adicional para o Brasil é que esses custos crescentes se sobrepõem a outros investimentos feitos em acesso aberto, como o Portal de Periódicos da Capes, por meio do qual as universidades brasileiras têm acesso – financiado pelo governo – ao conteúdo de milhares de revistas científicas internacionais. “É importante que os recursos hoje usados para financiar o acesso às revistas por assinatura sejam gradualmente transferidos para o financiamento de APCs de revistas de acesso aberto. São recursos significativos e isso precisa ser equacionado pelas agências públicas de fomento.”

A FAPESP apoia de forma assertiva o acesso aberto – desde 1997, financia a biblioteca SciELO, que reúne quase 300 periódicos com conteúdo totalmente disponível na internet, que na maioria não cobra taxas de publicação. Mas a Fundação evitou adotar modelos muito impositivos, como os do primeiro escopo do Plano S. Em fevereiro de 2019, a FAPESP aperfeiçoou sua política para acesso aberto a publicações científicas, lançada em 2008 e que resultou na criação do Repositório da Produção Científica do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), abastecido com artigos, teses, dissertações e outros trabalhos científicos.

As diretrizes mais recentes estabelecem que artigos que resultem, total ou parcialmente, de pesquisas financiadas pela Fundação deverão ser divulgados em revistas que permitam o arquivamento de uma cópia dos *papers* em repositórios na web. O arquivamento da cópia deverá ser feito quando o *paper* for aprovado para publicação ou então nos prazos compatíveis com as restrições de cada revista – algumas delas impõem períodos de embargo entre seis meses e um ano. Os pesquisadores têm liberdade para selecionar os periódicos aos quais querem submeter seus artigos, mas a recomendação é que a escolha recaia sobre títulos que permitam o depósito de cópias em repositórios.

Um comportamento cauteloso também pode ser observado nos debates sobre acesso aberto do Global Research Council (GRC), um fórum que reúne agências de fomento de todo o mundo. Há bastante tempo, a organização dissemina a adoção de mecanismos como a criação de repositórios institucionais de acesso aberto e compartilha experiências de sucesso dos países. “Desde 2013, o GRC formulou declarações de princípios e planos de ação para incentivar a transição para o modelo de acesso aberto, que nortearam políticas de muitas agências. Mas nem por isso um número expressivo delas aderiu ao Plano S”, observa Euclides de Mesquita Neto, professor da FEM-Unicamp, membro da coordenação adjunta de Programas Especiais e Colaborações em Pesquisa da FAPESP e um dos três representantes das Américas no secretariado executivo do GRC. “Creio que muitas estão esperando para ver como os dilemas se resolvem a fim de aperfeiçoar suas estratégias.” ■